

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 000044-23 - CC
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
IMPUGNANTE: CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO EIRELI - EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Intenta, a empresa impugnante, de forma tempestiva, apresenta impugnação em face do edital em referência ao processo licitatório mencionado alhures, com os seguintes fundamentos:

I - DO RELATÓRIO:

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO EIRELI - EPP**, devidamente qualificada, por seu representante legal, em face ao edital de licitação na modalidade Concorrência de nº 000044-23 - CC, destinado à Contratação de empresa especializada em elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura e de Engenharia, com Especificações Técnicas; Planilhas de Quantitativos e Custos; Planilhas de Composição de Custos Unitários de Serviços e Cronograma Físico-financeiro para a Reforma da unidade do Centro de Atividades do SESC de Palmas/TO, com a área total de 9.412,40m². Situado na Quadra 502 Norte, Av. LO 16, Lt. 21-A - Plano Diretor Norte de responsabilidade do Sesc – Serviço Social do Comércio, Administração Regional/TO, tudo conforme projetos, especificações técnicas e planilha quantitativa de serviços constantes do Anexo I (Arquivos).

Em breve síntese, sustenta a empresa impugnante que: *“a exigência editalícia constante no item 5.3 e subsequente configura excesso de formalismo e pode acabar por limitar o possível universo de participantes no presente certame. Em outras licitações que possuem objeto similar ao do ora Impugnado, para fins de qualificação técnica, é exigido, usualmente, a apresentação de atestados de execução de projetos e não o projeto em si, em qualquer tipo de mídia”*.

Por último, a empresa impugnante, requer que: *“Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer a análise e admissão desta peça, adequando-se ao termo acima identificados, revisando-o e reformando-o nos moldes colocados nesta peça”*.

Eis o relato do essencial.

II – DOS FUNDAMENTOS:

Inicialmente, é forçoso salientar que o Sesc/TO, caracteriza-se como serviço social autônomo integrante do denominado Sistema “S”, instituído por lei, possui personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. É um ente paraestatal, no sentido de que atua ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), nem tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

Neste entendimento, as Decisões 907/97, de 11/12/1997 e 461/98, de 22/7/1998 do Plenário do Tribunal de Contas da União, consolidaram a interpretação de que os Serviços Sociais Autônomos do qual o Sesc/TO é parte integrante, **não estão sujeitos aos procedimentos da Lei nº 8.666/93** e sim aos seus regulamentos próprios devidamente aprovados e publicados, senão vejamos:

“1.1 – improcedente, tanto no que se refere à questão da “adoção” pelo SENAC/RS, da praça pública Daltro Filho, em Porto Alegre – RS, quanto no que tange aos processos licitatórios, **visto que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos na referida lei, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados,**” (TCU, Decisão 907/1997 – Plenário, Min. Rel. Lincoln Magalhães da Rocha).6 (grifos nossos)

Por tais razões, já no preâmbulo do edital de licitação na modalidade Concorrência 22/01.00044-CC, ora fustigado pelo impugnante, depreende-se claramente que o certame é regido exclusivamente pelos critérios de aceitabilidade contidos no referido instrumento convocatório, regido pela resolução SESC n.º 1.252/12 de 06/06/2012, publicada na seção 3 do Diário Oficial da União, edição de nº 144, de 26/07/2012; resolução 1.523/2022, e pelas disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Lado outro, tecidas as considerações acima, em que pese as razões do pedido de alteração feito pela impugnante, não merece prosperar, porquanto o edital não demonstra qualquer indício de falta de razoabilidade, isso porque a exigência contida no item 5.3 é entendido pelo corpo técnico como necessário para o objeto licitado, ou seja, para que se possa contribuir para averiguação da capacidade técnica da empresa licitante.

Ainda, é importante destacar que o princípio da razoabilidade é dirigido ao administrador, conferindo a este o dever de verificar a legitimidade dos fins em nome da medida adequada. Isso porque a razoabilidade é tida como uma diretriz que exige uma vinculação das normas com o mundo ao qual elas fazem referência. Se determinada norma contiver previsão arbitrária ou caprichosa, restará violado o aludido princípio.

Ademais, insta mencionar que, a resolução SESC/DN de n.º 1.252/12 para fins de habilitação no certames licitatório em nenhum momento proíbi que se estabeleça esse tipo de regra no edital, pelo contrário menciona em seu art. 12, inciso II, alínea b, a possibilidade de constar em edital a exigência de que os licitantes apresente ***documentos probatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.***

Sendo assim e seguindo a mesma linha de raciocínio do dispositivo mencionado alhures, o corpo técnico entendeu por ser necessário constar em edital a regra em que a empresa impugnante pugna. Isso porque, a emissão de “Atestado de Capacidade Técnica” para execução de projeto acontece posteriormente à execução do projeto. De maneira que, é improvável que a empresa possua o atestado e não tenha o projeto em seu portfólio, sendo mais provável que a empresa seja responsável por um projeto e não tenha solicitado atestado do mesmo.

Ainda, é imperioso trazer à tona que, se tem ciência que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro com à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.

Com desenvoltura, acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho versa:

“O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

Na mesma linha de raciocínio, há diversos entendimentos jurisprudenciais sobre o assunto em tela, senão vejamos:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações; e

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas.

Nesse contexto, nunca é demais lembrar que a Resolução de n.º 1.252/2012 em seu art. 2º, parágrafo primeiro, veda que existam no edital cláusulas ou exigências que acarretem na diminuição da competitividade e na consequente impossibilidade da busca pela proposta mais vantajosa.

Por todo exposto, entende-se que os preceitos contidos no edital, sobretudo na parte da qualificação técnica não frustram o caráter competitivo da licitação, pelo contrário, o intuito maior como já dito é não restringir a competitividade para que com isso, se obtenha a proposta mais vantajosa. Entretanto, a proposta mais vantajosa, frise-se aqui, deve ser analisado por vários aspectos e um deles, são os parâmetros técnicos.

III – DISPOSITIVO:

Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa **CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO EIRELI - EPP**, para **negar-lhe provimento**, mantendo integralmente os termos e exigências constantes do Edital de Licitação na modalidade Concorrência de n.º 0000044-23 – CC, na conformidade do que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc/TO.

Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.sescto.com.br bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Palmas/TO, 31 de março de 2023.

Adilio Rodrigues Ribeiro
Presidente da CPL

Resposta a Impugnação_ CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO.pdf

Documento número #72536b23-0548-4e3f-8441-acbf6479c308

Hash do documento original (SHA256): 3afafb7930033dbc2d82c186a75a81d94ecd30a460ad5a181f723982d2e855e0

Assinaturas

 **Adílio Rodrigues Ribeiro**

CPF: 966.529.771-68

Assinou em 31 mai 2023 às 18:54:24

Log

- 31 mai 2023, 18:52:05 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a criou este documento número 72536b23-0548-4e3f-8441-acbf6479c308. Data limite para assinatura do documento: 30 de junho de 2023 (18:51). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 31 mai 2023, 18:52:07 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: adilio@sescto.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adílio Rodrigues Ribeiro.
- 31 mai 2023, 18:54:24 Adílio Rodrigues Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail adilio@sescto.com.br. CPF informado: 966.529.771-68. IP: 187.24.148.126. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -10.166723 e longitude -48.3306022. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão v1.501.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 31 mai 2023, 18:54:25 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 72536b23-0548-4e3f-8441-acbf6479c308.

**Documento assinado com validade jurídica.**Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 72536b23-0548-4e3f-8441-acbf6479c308, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.